

Transação Tributária do Estado de Goiás – PERGUNTAS E RESPOSTAS

1. Conceito e Abrangência

Pergunta	Resposta (Base legal)
O que é a Transação Tributária?	É um acordo resolutivo de litígio que estabelece os requisitos e as condições para que o Estado de Goiás e os devedores realizem a extinção de litígios relativos à cobrança de créditos da Fazenda Pública Estadual de natureza tributária.
Quem pode realizar a transação?	O Estado de Goiás, suas autarquias e outras entidades estaduais cuja representação incumba à Procuradoria-Geral do Estado (PGE) . A PGE exerce o juízo de conveniência e oportunidade para celebrá-la.
Quais débitos podem ser transacionados?	A transação abrange créditos tributários de natureza tributária inscritos em dívida ativa . Os requisitos, as condições, as vedações estão previstos na LC nº 197/2024, Portaria nº 55-GAB/2025.
Quais são as modalidades de transação?	A transação pode ser realizada por adesão , quando o devedor adere aos termos e condições de um edital publicado pela PGE, ou por proposta individual ou conjunta , iniciada pelo devedor ou pelo credor.
A transação é um direito do contribuinte?	Não . A transação não constitui direito subjetivo do contribuinte, e o deferimento do pedido depende da verificação do cumprimento das exigências regulamentares.

2. Prazos e Descontos

Pergunta	Resposta (Base legal)
Quais são os limites de desconto e prazo para a quitação dos débitos?	O desconto máximo permitido é de 65% do valor total dos créditos a serem transacionados, e o prazo máximo de quitação é de 120 (cento e vinte) meses .
Existem condições mais vantajosas para algum grupo de contribuintes?	Sim . Na hipótese de transação que envolva pessoa natural, microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) , ou empresas em recuperação judicial, liquidação judicial, liquidação extrajudicial ou falência , a redução máxima é ampliada para 70% e o prazo máximo de quitação para 145 (cento e quarenta e cinco) meses .
Sobre o que incide o desconto?	Os descontos são concedidos nas multas, nos juros e nos demais acréscimos legais . É vedado reduzir o montante principal (valor originário) do crédito .
Como é determinado o grau de recuperabilidade da minha dívida?	A classificação é feita por segmentação, definida pela Secretaria de Estado da Economia, com base em critérios como a faixa de valor do PAT , o tipo de exequibilidade , a idade do auto de infração , e a situação cadastral .
Posso utilizar precatórios para amortizar o débito?	Sim . A transação pode contemplar a utilização de precatórios do Estado de Goiás, próprios ou de terceiros, para a amortização do saldo devedor transacionado, observadas as condições de lei específica e do edital que deverá trazer tal previsão.

3. Adesão e Obrigações do Contribuinte

Pergunta

Qual é o procedimento para solicitar a adesão (Edital 001/2025)?

Resposta (Base legal)

O contribuinte deve solicitar seu cadastro, através de requerimento endereçado ao e-mail da Procuradoria-Geral do Estado **ntt@pge.go.gov.br**, para obter a simulação de seus créditos. Após a simulação, o seu pedido é submetido à análise da Procuradoria-Geral do Estado.

A partir de quando o acordo é formalizado?

O ajuste é formalizado com o preenchimento de requisitos cumulativos: a **assinatura do termo eletrônico** e o **pagamento da parcela única ou da primeira parcela** no prazo de seu vencimento.

O que acontece se eu tiver processos judiciais em curso?

O devedor deve **desistir das impugnações ou recursos** e **renunciar a quaisquer alegações de direito** sobre os créditos incluídos na transação. Deve, ainda, requerer a **extinção do respectivo processo com resolução de mérito**.

Se houver depósito judicial, o que devo fazer?

Os valores depositados em juízo ou penhorados para garantia do crédito devem ser **ofertados no termo de acordo** para que sejam abatidos do valor líquido do débito. O devedor deve aquiescer à conversão desses depósitos em renda. A utilização de depósitos ou bloqueios judiciais para abatimento do valor remanescente é **obrigatória**.

A proposta de transação suspende a cobrança imediatamente?

A proposta de transação **não suspende a exigibilidade** dos créditos por ela abrangidos nem o andamento das execuções fiscais. A suspensão da exigibilidade ocorre apenas após a formalização da transação, mediante o pagamento da primeira parcela (ou parcela única), na modalidade de parcelamento.

A transação implica novação da dívida?

Não. A celebração da transação não implica a novação dos créditos por ela abrangidos.

O que a assinatura do termo implica?

A assinatura do termo, mesmo que não haja pagamento imediato, implica **confissão irrevogável e irretratável** dos débitos abrangidos.

4. Vedações e Rescisão

Pergunta

Quais créditos são proibidos de serem transacionados?

Resposta (Base legal)

É vedada a transação que envolva débitos **não inscritos em dívida ativa**, que reduza o **montante principal** do crédito.

Quais são as principais causas de rescisão da transação?

As causas incluem o **descumprimento das condições e compromissos** assumidos, a constatação de **ato tendente ao esvaziamento patrimonial** para fraudar o cumprimento, e o **atraso no pagamento de mais de 3 (três) parcelas, sucessivas ou não**.

Se eu questionar a transação na Justiça, ela será rescindida?

Sim. Qualquer questionamento judicial sobre a matéria transacionada e sobre a própria transação é causa de rescisão.

O que acontece após a rescisão?

A rescisão implica o **afastamento dos benefícios concedidos** e a **cobrança integral das dívidas**. Além disso, o contribuinte fica **proibido de formalizar nova transação pelo prazo de 2 (dois) anos** da data da rescisão, mesmo que relativa a débitos distintos.

Posso contestar a rescisão?

Sim. O devedor será notificado da rescisão e poderá impugnar o ato, tendo garantidos o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Se o vício for sanável, é admitida a regularização

Cabe recurso contra ato que decide a impugnação à rescisão?

durante o prazo concedido para a impugnação.

Sim. O devedor será notificado da decisão que apreciar a impugnação à rescisão, por meio eletrônico, sendo-lhe facultado interpor recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, com efeito suspensivo.

Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária (Edital nº 001/2025)

1. Cadastramento e Solicitação de Simulação

Pergunta

Resposta (Procedimentos e Requisitos)

Qual é o primeiro passo para aderir à transação?

O contribuinte que deseja obter a simulação de seus créditos aptos a serem transacionados deve **solicitar seu cadastro, com o preenchimento de formulário disponibilizado no site da PGE e reunião dos documentos exigidos.**

Qual o canal de comunicação oficial?

TODAS as comunicações entre a PGE e os contribuintes serão realizadas através do e-mail **ntt@pge.go.gov.br**.

Quais dados devo enviar se eu for Pessoa Física?

O solicitante pessoa física deve encaminhar, para o e-mail **ntt@pge.go.gov.br**, os seguintes dados e documentos: **Formulário com os seguintes dados:** nome, CPF, endereço, e-mail e telefone. **Documentos:** Documento oficial de identificação (CI/CPF) e comprovante de endereço.

Quais dados devo enviar se eu for Pessoa Jurídica?

O solicitante pessoa jurídica deve encaminhar, para o e-mail **ntt@pge.go.gov.br**, os seguintes dados e documentos: **Formulário com os seguintes dados:** nome, CPF do solicitante, e-mail e telefone. **Documentos:** Documento oficial de identificação, comprovante de endereço, **contrato social, certidão atualizada da JUCEG** e, se houver, procuração e quaisquer outros documentos que demonstrem o vínculo à pessoa jurídica.

O que acontece se a documentação estiver incompleta?

Em caso de insuficiência de documentos, a equipe da PGE entrará em contato via e-mail para que o solicitante encaminhe a documentação faltante.

Qual é o prazo para solicitar a adesão?

O contribuinte deverá realizar a adesão à proposta da PGE no período de vigência do edital de transação.

2. Recebimento da Simulação e Escolha dos Créditos

Pergunta

Resposta (Procedimentos)

Como recebo a simulação dos meus débitos?

Após o cadastro ser formalizado, o contribuinte ou seu representante legal receberá, por e-mail, a **simulação contendo todos os créditos tributários aptos a serem transacionados** e as respectivas condições de pagamento.

Posso escolher quais

Sim. O contribuinte poderá selecionar os créditos que pretende

débitos transacionar?	transacionar. A seleção dos débitos é de livre escolha do devedor , desde que se enquadrem nas condições previstas no Edital.
Posso pedir a revisão da classificação (pontuação) dos meus créditos?	Sim. O contribuinte poderá apresentar um pedido de revisão quanto à pontuação dos seus créditos, ou indicar créditos que não apareceram na simulação enviada. Este pedido deve ser feito através do e-mail ntt@pge.go.gov.br , utilizando um formulário-padrão e anexando documentos comprobatórios.
O que ocorre após eu selecionar os créditos que tenho interesse em negociar?	O seu pedido é analisado pela PGE, que avaliará se houve o cumprimento das obrigações e não se enquadra em nenhuma das vedações para transação.

3. Formalização do Pedido de Adesão (Assinatura do Termo)

Pergunta	Resposta (Procedimentos)
Como formalizo a transação após escolher os débitos?	A formalização se dá mediante a assinatura do termo de transação pelo contribuinte, seus representantes ou procuradores.
Qual procedimento devo seguir para solicitar o Termo de Transação?	Após a análise do pedido de transação pela PGE, o contribuinte deverá enviar para o e-mail ntt@pge.go.gov.br : 1. A seleção dos créditos tributários (processos administrativos tributários) que pretende transacionar; e 2. Informar a quantidade de parcelas . Feito isso, a PGE disponibilizará o termo.
Como é feita a assinatura do Termo?	O termo de transação será recebido pelo e-mail cadastrado e, no caso de aprovação, deverá ser assinado eletronicamente por meio de certificado digital ou do GOV.BR .
Posso assinar presencialmente?	Sim. Se o contribuinte preferir, após receber a análise do seu pedido, poderá solicitar o agendamento de reunião presencial na Procuradoria-Geral do Estado, através do e-mail ntt@pge.go.gov.br , momento em que poderá selecionar os créditos e assinar o respectivo termo.
O que a assinatura do termo implica?	A assinatura do termo implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos abrangidos, nos termos do CPC, ainda que o pagamento da primeira parcela não seja realizado.
O que devo informar obrigatoriamente na etapa de adesão?	Na etapa de adesão, o devedor deverá informar, através do e-mail ntt@pge.go.gov.br , e com documentos comprobatórios: Os débitos a serem incluídos, os números das execuções fiscais ou ações judiciais relacionadas, e a existência (ou não) de depósitos judiciais ou outras garantias nas ações.

4. Conclusão da Formalização e Pagamento

Pergunta	Resposta (Procedimentos)
Quando o ajuste de transação é considerado formalizado?	O ajuste é formalizado com o preenchimento de requisitos cumulativos : 1. Assinatura do termo eletrônico ; 2. Pagamento da parcela única ou da primeira parcela no prazo de seu vencimento.
Como recebo o documento para pagamento (DARE)?	Após a assinatura do termo de transação, o contribuinte receberá o DARE (Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais) via e-mail para pagamento. Os DAREs dos meses subsequentes poderão ser gerados

Qual o prazo para pagar a primeira parcela?

O que acontece se eu não pagar a primeira parcela no prazo?

pelo contribuinte através de link disponibilizado no edital da transação.

O vencimento das parcelas ocorre no dia 25 de cada mês, mas a **primeira parcela** deve ser quitada **até o 5º (quinto) dia útil** contado da data de sua geração, respeitando o limite do último dia útil do mês correspondente.

O não pagamento da parcela única ou da primeira parcela no prazo de vencimento enseja a **não celebração do acordo de transação**, não se operando nenhum efeito jurídico, embora a assinatura do termo já implique a confissão irrevogável e irretratável dos débitos.